



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. INTRODUÇÃO

A presente Política demonstra o compromisso da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - **CDHU** com a observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis nas operações de tratamento de dados pessoais de particulares (Titular), realizadas em conformidade com os princípios da Administração Pública, na persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências e atribuições legais do serviço público, observados a Lei federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou LGPD), o Decreto nº 65.347/2020 e as deliberações CGGDIESP Nº 01/2021 e Nº 02/2021 (Política de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo – PGDI e Política de Proteção de Dados Pessoais – PPDP).

Esta Política poderá sofrer alterações a qualquer tempo, sem prejuízo da sua disponibilidade para consulta no site www.cdhu.sp.gov.br.

2. SUMÁRIO

- ✓ Como e por que tratamos Dados Pessoais?
- ✓ Segurança dos Dados
- ✓ Armazenamento dos Dados
- ✓ Quando compartilhamos Dados?
- ✓ Quais são seus Direitos?
- ✓ Uso de *Cookies*
- ✓ Canais de Atendimento
- ✓ Glossário

Como e por que tratamos Dados Pessoais?

A CDHU trata Dados Pessoais de particulares para diversas finalidades, de acordo com o serviço público prestado ou atribuição legal desempenhada, com estrita observância da legislação aplicável. O tratamento de Dados Pessoais ocorrerá sempre que necessário para execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos e convênios da Administração Pública ou, ainda, quando necessário à execução de competências ou atribuições legais do serviço público.

A Tabela a seguir demonstra, por serviços, as respectivas finalidades, exemplos de dados tratados e de compartilhamentos:

Serviços	Finalidades	Exemplos de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis tratados	Exemplos de compartilhamento
Atendimento aos candidatos, beneficiários e mutuários	<p>Interno: Inscrição e sorteio de famílias para oferecimento de unidades habitacionais, análise de crédito para confirmação do atendimento das exigências para aquisição de unidade habitacional, emissão e celebração de contrato de financiamento habitacional e escrituras, concessão de auxílio moradia, gestão do crédito imobiliário</p> <p>Externo: Averbação de seguro habitacional, registro de contrato no competente cartório de registro de imóveis, lançamento na concessionária de luz, água, gás, IPTU e condomínio em nome do beneficiário, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, indicação e execução de outras políticas públicas em benefício dos beneficiários (trabalho, saúde, educação e outros), guarda dos documentos dos beneficiários, gestão jurídica do contrato de financiamento, fazer divulgação e convocação para eventos, para proteção da vida ou da incolumidade do titular ou de terceiro, cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador</p>	Nome, RG, CPF, CTPS, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, sexo, estado civil, raça, escolaridade, formação, profissão/ocupação, endereço, e-mail, telefone, filiação, renda, comprovante de residência, comprovante de tempo de moradia/trabalho no município	Concessionárias de serviços de água, luz e gás; cartórios de registro de imóveis; instituições financeiras; empresas credenciadas ou contratadas para: atendimento ao cliente (call center), gestão de créditos e da carteira imobiliária, credenciado jurídico (escritórios de advocacia); empresas seguradoras; administradores prediais de condomínio; empresas de guarda de documentos físicos; assim como órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, dos poderes executivo, judiciário e regulador, inclusive fazendárias
Ouidoria, SIC, Canal de Denúncias, Fale Conosco, Alô CDHU	Solicitação de informações, esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações e de denúncias	Nome, RG, CPF, data de nascimento, sexo, raça, e-mail, telefone, escolaridade, formação, profissão/ocupação, endereço	----
Administração de Pessoal	Contratação de pessoal, pagamento de salários e benefícios, recolhimento de impostos, seguro de vida, assistência médica, mensalidade Associativa Sindicatos, Gremiações, empréstimos consignados	Salário, Nome, RG, CPF, PIS/PASEP, CTPS, título de eleitor, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, sexo, estado civil, raça, dados de saúde, escolaridade, formação, profissão/ocupação, endereço, e-mail, telefone, filiação, renda, dados bancários	Receita Federal, INSS, Prodesp, Portal do Governo do Estado de SP, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Federal, Banco do Brasil e CEF, Administradora de Planos/Convênios Médicos, Associação de Funcionários, Sindicatos, Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho
Acesso às dependências da empresa	Permitir o acesso de visitantes às dependências de empresa	Nome, RG, fotografia, placa do veículo	----

Segurança dos Dados

A CDHU emprega os melhores esforços para preservar a privacidade e a segurança de ambientes físicos ou eletrônicos, adotando medidas técnicas e organizacionais, físicas (como acesso restrito a pessoas autorizadas) e administrativas (como, por exemplo, normas de segurança, treinamentos e conscientização de empregados), que objetivam mitigar riscos de ocorrência de incidentes de segurança.

Armazenamento dos Dados

Os Dados Pessoais são armazenados pelo período necessário para o cumprimento das finalidades que justificaram a sua coleta. O período de armazenamento será variável de acordo com a finalidade para a qual as operações de tratamento são realizadas e o prazo

de armazenamento autorizado em norma legal ou regulatória.

Os dados pessoais podem ser armazenados em ferramentas internas e em servidores próprios ou de terceiro contratado para esse fim, sejam eles alocados no Brasil ou no exterior, de acordo com a legislação aplicada, podendo ainda ser armazenados utilizando tecnologias de *cloud computing*, entre outras, e em meios físicos, buscando sempre a melhoria e aperfeiçoamento dos serviços da CDHU.

Quando compartilhamos Dados?

A CDHU poderá compartilhar Dados Pessoais caso seja necessário para o atendimento dos preceitos da Administração Pública, de finalidade pública ou na persecução do interesse público, sempre observado o princípio da legalidade, nas seguintes hipóteses:

- quando necessário à execução descentralizada de atividade pública, exclusivamente para esse fim específico e determinado, poderá haver compartilhamento com entidade privada;
- nos casos em que os Dados Pessoais sejam acessíveis publicamente, observada legislação específica;
- quando houver previsão legal ou for respaldado em contratos, convênios ou instrumentos firmados pela Administração Pública com entes privados;
- para prevenção de fraudes e irregularidades;
- para proteção à segurança e à integridade do Titular de Dados Pessoais.

A CDHU garante que os terceiros autorizados a receber Dados Pessoais observam as diretrizes desta Política e demais normativos internos, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as orientações da Administração Pública estadual.

Quais são seus Direitos?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais prevê ao Titular determinados direitos relativos aos respectivos Dados Pessoais, sem prejuízo de outros, previstos nas demais leis:

- **Confirmação:** o direito de confirmar a existência do tratamento dos seus dados pessoais pela CDHU.

- **Acesso:** o direito de ser informado e ter acesso aos seus dados pessoais sob tratamento da CDHU.
- **Correção:** o direito de solicitar a atualização ou alteração de Dados Pessoais desatualizados, incompletos ou incorretos.
- **Eliminação:** o direito de ter seus Dados Pessoais eliminados nas hipóteses em que o tratamento se deu com o consentimento do Titular, exceto nos casos em que a manutenção do Dado Pessoal for necessária para cumprimento de obrigações legais.
- **Anonimização ou bloqueio:** o direito de solicitar que os Dados Pessoais excessivos ao tratamento sejam submetidos à anonimização ou que este tratamento excessivo seja suspenso pela Administração Pública.
- **Revogação:** o direito de revogar o consentimento para as finalidades de tratamento de Dados Pessoais a ele atreladas, quando aplicável.
- **Informação** sobre não fornecer consentimento e as consequências da negativa, quando aplicável.
- **Oposição:** o direito do Titular se opor ao tratamento de Dados Pessoais que esteja desalinhado às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- **Portabilidade:** solicitar a portabilidade dos seus dados pessoais, de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- **Informação sobre entidades públicas e privadas** com as quais a CDHU realizou uso compartilhado de Dados Pessoais.
- **Revisão** de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de Dados Pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Uso de Cookies

Com o intuito de melhorar a navegabilidade em suas plataformas digitais, a CDHU faz uso de *Cookies*, que consistem em arquivos digitais em formato de texto coletados e armazenados durante a navegação. Os *Cookies* são utilizados para aprimorar a experiência do usuário, tanto em termos de performance, como em termos de usabilidade da plataforma digital, uma vez que os conteúdos disponibilizados serão otimizados, ajustados de acordo com as preferências sistêmicas e, em casos específicos, utilizados para compilar

estatísticas anônimas.

A utilização de *Cookies* é recorrente em plataformas digitais e o seu uso não prejudica os dispositivos em que são armazenados, sendo possível gerenciá-los diretamente nas opções do navegador de internet utilizado pelo Titular.

Canais de Atendimento

O Titular poderá encaminhar dúvidas, solicitações e reclamações ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:

Marcelo Luciano dos Santos Bilibio

E-mail: lgpd@cdhu.sp.gov.br

Telefone: (11) 2505-2194

Estamos disponíveis para atendimento de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 17h.

Glossário

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Autarquia de Natureza Especial, dotada de autonomia técnica e decisória, responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Dados Pessoais: Dados relacionados a pessoa natural identificada ou identificável.

Dados Pessoais Sensíveis: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Decisões unicamente automatizadas: Trata-se de decisões que afetam um indivíduo e que foram programadas para funcionar automaticamente, sem a necessidade de uma operação humana, com base em tratamento automatizado de Dados Pessoais.

Encarregado de Dados Pessoais: Pessoa indicada pela CDHU para atuar como canal de

comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Tratamento: Toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.